



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

Processo Legislativo nº 47/2024

Parecer Jurídico nº: 040/2024

O Projeto de Lei nº 2.840, de 02 de maio de 2024 de autoria do Poder Executivo, o qual busca alvará do Poder Legislativo para conceder contribuição corrente à Associação Comercial e Industrial Baronense e dá outras providências, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e será pago até 31 de dezembro de 2024.

Com a edição do Programa Nota Premiada/Virada Premiada 2024 e a necessidade de haver pessoal disponível para realizar as trocas dos documentos fiscais por cartelas de participação no sorteio, bem como diante da pouca disponibilidade dos servidores para realizar esta atividade, pertinente a formalização de parceria com o setor privado para viabilizar este serviço.

O artigo 42 inciso VII da Lei Orgânica traz a competência da Câmara para autorizar o Poder Executivo a firmar subvenções, desta forma a Câmara possui competência para a autorizar a concretização do contrato para troca das notas premiadas, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Lei da Responsabilidade Fiscal.

Assim, salvo melhor juízo, o presente Projeto de lei atende aos requisitos legais quanto a proposição e a matéria, portanto esta assessoria, após análise, **OPINA pela Legalidade e Constitucionalidade do mesmo**, tendo em vista que estão de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a Lei de Responsabilidades Fiscal, estando apto a ser analisado pelos Nobres Vereadores da Comissão para a análise e pertinência do presente projeto de Lei.

É o parecer.

Barão/RS 13 de maio de 2024.

  
Elisane Maciel Silva  
OAB/RS 96.540